

EMERGÊNCIA E EXPANSÃO DO CAPITALISMO COMPETITIVO

A formação de uma economia capitalista competitiva, nas condições demográficas, econômicas, sociais e políticas imperantes em uma sociedade escravista, dependia não só da consolidação, mas também do grau de difusão alcançado pelo mercado capitalista moderno. Este precisava expandir-se em termos de tamanho, de diferenciação e de intensidade financeira, para tornar-se uma fonte de estímulos à constituição de um sistema de produção diretamente vinculado às necessidades sócio-econômicas do setor urbano e às funções de saturação econômica que este devia preencher em relação às unidades escravistas, de trabalho livre ou semilivre e mistas da economia agrária. Muitos escreveram que a articulação do setor novo, urbano-comercial, a um sistema de produção escravista bloqueava tanto a expansão do mercado capitalista moderno quanto os ritmos do próprio desenvolvimento capitalista. Isso seria verdadeiro se o que entrasse em jogo fosse a passagem direta da economia escravista-capitalista neocolonial para uma economia urbano-industrial avançada. A transição que se configurava, contudo, era muito menos complexa; a aristocracia agrária, bem como os grupos ligados à dinamização do esquema de exportação-importação empenhavam-se, de fato, na consolidação do mercado capitalista moderno e em sua difusão interna (ou, em outras palavras, na eficácia que ele poderia e deveria ter para a consolidação e ulterior expansão de um complexo comercial especificamente capitalista. Parece claro que motivos desta natureza, e não outros, concorreriam para que recebessem com frieza ou hostilidade iniciativas mais arrojadas, como as de Mauá). Em tal contexto e em vista dos fins econômicos visados, a articulação simplificou as coisas, na medida em que a existência de uma grande massa de excluídos (por causa da escravidão, da inatividade forçada e da pobreza geral) permitiu converter a urbanização em um processo ultra-seletivo e concorreu para estabelecer uma ligação indireta entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo comercial dentro do País. A articulação da economia urbano-comercial com um sistema de produção escravista deixou, assim, de ser uma desvantagem para a evolução do sistema econômico global. Mormente depois que o café passa a garantir incrementos persistentes (embora oscilantes) do excedente econômico, a articulação se mostra uma fonte de ganhos reais para o setor novo, que se pode expandir em bases

capitalistas graças principalmente à persistência do escravismo e à liberdade que o senhor desfrutava de transformar a apropriação do escravo em base material do crescimento urbano-comercial. Na prática, portanto, a articulação funcionava como equivalente histórico da revolução agrária, quando se compara a evolução do capitalismo no Brasil com a da Europa. De um lado, ela correspondia precisamente às funções da acumulação originária em contextos de maior aceleração do desenvolvimento capitalista (isso, graças à significação que a emancipação nacional e a expansão do mercado capitalista moderno deram ao excedente econômico gerado pela produção escravista). De outro, era da natureza de uma economia articulada que só os setores de rendas altas, em geral, e os grupos de baixa renda mas vinculados à organização ou à influência direta do setor urbano-comercial pudessem participar ativamente e beneficiar-se dos dinamismos propriamente capitalistas do mercado interno. A cidade convertia-se em pólo dinâmico do crescimento capitalista interno sem necessitar estender ao campo qualquer desdobramento da revolução urbana. Enquanto os problemas reais da política econômica das camadas dominantes girassem em torno da consolidação e da disseminação do mercado capitalista moderno, revolução urbana significava, pura e simplesmente, lançar o peso do desenvolvimento capitalista sobre o trabalho escravo e o regime de produção escravista.

O lastro interno para o "crescimento natural" do mercado capitalista moderno procedia do incremento constante das populações urbanas, especialmente nas cidades-chaves para a reorganização geográfica, econômica, sociocultural e política, que a transformação apontada requeria. Os movimentos demográficos em direção às cidades-chaves levava em seu bojo todo o tipo de gente. Contudo, havia uma forte proporção de grupos de rendas altas e médias (neste caso, rebentos de famílias tradicionais empobrecidas que procuravam entrar, de uma forma ou de outra, nas torres de prosperidade que se prenunciavam), de origem nativa ou estrangeira (entre estes, prevaleciam naturalmente as pessoas que iriam operar as várias posições do complexo comercial-financeiro, em constituição e expansão). Os grupos de baixa renda, que se incorporavam ao processo (e que vinham predominantemente do exterior), buscavam as oportunidades que as cidades-chaves abriam ao trabalho livre, dentro de um mundo escravista — especialmente no comércio, em ocupações artesanais e em vários tipos de serviços (inclusive públicos), todos em crescimen-

to moderado, mas oferecendo perspectivas de mobilidade econômica e de ascensão social. Ao lado desses contingentes humanos, estavam os escravos, os forros e os vários tipos de libertos, que também sofriam forte atração por esse processo de urbanização de longa duração. De imediato, a pressão maior era sobre os "serviços domésticos". Todavia, várias formas de trabalho artesanal ou de serviços por aluguel (inclusive prostituição) forçavam o aparecimento de novas modalidades de utilização do trabalho escravo, a pagamento (o que acarretava uma diferenciação nas relações senhor-escravo) ou como parte da rotina conspícua do trabalho livre numa sociedade escravista (o senhor transferia para seu escravo as tarefas "braçais", "degradantes" e "árduas", como transportar as ferramentas, encaregar-se de fases preparatórias ou brutas de seus serviços etc.). O liberto, por sua vez, encontrava na cidade-chave, nas esferas das ocupações artesanais e dos serviços, muitas oportunidades de transição para o trabalho livre e de reclassificação social. Com frequência, só ele podia se ocupar de certos trabalhos, que eram rejeitados pelo artesão branco ou pelo branco pobre e que não podiam ser transferidos, normalmente, para o trabalhador escravo mais qualificado (senão com o risco permanente da fuga). Para se entender esse universo, é preciso não esquecer que o comércio ambulante, ainda no início do século XX, acarretava perda de prestígio para os que o exerciam (especialmente os portugueses ou os italianos, no Rio de Janeiro ou em São Paulo). Por isso, o escravo de aluguel e principalmente o liberto, desde o início desse processo de urbanização (e mais fortemente a partir dos meados do século XIX), surgiam como categorias econômicas de relativa importância na reorganização do sistema de trabalho urbano. A meio caminho na transição para o trabalho livre, com escassez de candidatos para muitos tipos de ocupações, eles apareciam como a mão-de-obra "bruta" possível (e mesmo, como a mão-de-obra "bruta" ideal). Só tardiamente, quando a urbanização se torna muito rápida, precipitando-se, e muito avassaladora, exigindo números que não poderiam ser fornecidos pela população escrava ou liberta, é que a pressão se deslocaria para o imigrante ou para o branco pobre de origem nativa.

Todavia, o lastro interno não era suficiente para amparar todo o complexo processo de consolidação, irradiação e disseminação do mercado capitalista moderno. Tanto no plano demográfico e econômico quanto no plano social e cultural (e aqui em termos simultâneos de tecnologia e de instituições fundamentais),

uma sociedade escravista, recém-egressa do regime colonial, sem contar previamente com um setor capitalista bastante desenvolvido (como sucedeu nos Estados Unidos, na época da emancipação nacional), dificilmente poderia dispor dos recursos materiais, humanos e culturais necessários para fazer face ao referido processo (mesmo dentro das escalas possíveis no Brasil dos meados do século XIX). No entanto, as pressões dinâmicas do mercado mundial, embora fossem de outra natureza, coincidiam com as pressões dinâmicas do crescimento econômico interno: o mercado capitalista tinha de fazer face às operações comerciais e financeiras que se impunham, seja de fora para dentro (aos poucos, o padrão de desenvolvimento capitalista das sociedades hegemônicas se abatia pelo menos sobre o setor novo, urbano-comercial, exigindo certa organização do espaço sócio-econômico para tornar viável o aumento do intercâmbio comercial-financeiro e institucional); seja a partir de dentro (o crescimento econômico interno, nas condições oferecidas por uma economia "nacional" de articulação de um setor arcaico pré-capitalista e um setor novo capitalista, atingira o seu ponto de maturação, o que fazia com que os efeitos da consolidação, da irradiação e da disseminação do mercado capitalista moderno se voltassem sobre si mesmos, exigindo que transformações quantitativas se convertessem em transformações qualitativas, com maior diferenciação setorial ou regional e com maior integração em escala nacional daquele mercado). Em suma, passara a fase pioneira. O mercado capitalista moderno ou sofreria uma nova transição, para responder às exigências econômicas externas e internas, adaptando-se completamente, assim, aos requisitos do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo comercial, ou enfrentava um colapso. Muitas economias da América Latina ruíram nesse período, pois se revelaram impotentes para fazer face a esse desafio, superando as limitações da transição neocolonial. No caso brasileiro, porém, embora a articulação persistisse (ela iria perdurar mesmo à extinção do trabalho escravo e à universalização legal do trabalho livre), o sistema econômico reagiu flexivelmente, absorvendo o impacto procedente tanto dos dinamismos do mercado mundial e das economias capitalistas hegemônicas, quanto da desconpressão do setor urbano-comercial e seu desdobramento por toda a economia, sem respeitar as fronteiras que tornavam o setor agrário um mundo intocável.

Essa flexibilidade não se deve apenas ao nível de produtividade alcançado pela grande lavoura graças ao café, à eficácia

do esquema comercial de importação e exportação e aos efeitos de ambos sobre a expansão relativa do setor urbano-comercial. Ela também se deve a circunstâncias que tornaram o Brasil muito atrativo para os países que disputavam a "partilha do mundo" já sob a pressão do padrão de desenvolvimento do capitalismo industrial. Nações como a Inglaterra, França e Alemanha, às quais começa a se juntar os Estados Unidos, voltavam seus olhos para as reservas de recursos e as potencialidades visíveis de um país continental como o Brasil. Além disso, a imigração em massa iria criar outros laços de solidariedade entre o país e a Europa, suscitando um movimento de recursos humanos, técnicos e monetários de certa magnitude. Tudo isso, somado aos efeitos da competição entre nações capitalistas industrializadas ou em industrialização e a uma combinação racional no balanço de interesses imediatos e futuros, fez com que as nações em causa se dispusessem a intervir de modo mais ativo na reorganização institucional do espaço econômico interno. Elas já não estavam "montando" a infra-estrutura do esquema de operações, que precisariam manter em atividade numa economia colonial ou neocolonial. Elas estavam, de fato, concorrendo para algo novo, que era a construção de uma economia capitalista dependente nos trópicos. Os efeitos remotos da revolução industrial e a luta entre nações capitalistas por autonomia ou hegemonia no mercado mundial tornavam essa ampliação das fronteiras econômicas da Europa e dos Estados Unidos inevitável. O importante, para quem examine o processo da perspectiva brasileira, é que se desencana uma reorganização da infra-estrutura da nossa economia que transcende, de imediato, aos incentivos diretos do mercado interno (em termos da produção para o exterior e de sua própria intensidade). Até hoje, ainda não se avaliaram nem o montante dos recursos materiais e humanos que foram investidos nesse amplo processo, nem o que ele significou nas várias regiões do País que foram por ele afetadas. Mas é fácil perceber que nessa sua "idade de ouro" as Nações capitalistas em luta por hegemonia ou por autonomia redefiniam a *indirect rule* segundo novos móveis, envolvendo-se, por isso, na transformação capitalista da sua periferia mais avançada com uma audácia desconhecida. O controle indireto das relações comerciais já não era suficiente. Era preciso ir mais longe, implantando, pelo menos na parte mais rica e avançada da periferia, controles econômicos que pudessem operar através do desenvolvimento institucional da livre empresa, em todos os níveis do comércio e, progressivamente, do movimen-

to bancário e da produção que o fluxo comercial-financeiro exigisse. Para isso, não era suficiente um mercado capitalista especificamente moderno suportado por um fluxo limitado de modernização institucional. Impunha-se a reorganização do espaço econômico, econômico e social, para ajustá-lo não só a potencialidades reais ou virtuais do desenvolvimento capitalista, mas aos dinâmismos das sociedades hegemônicas, que irrompiam na periferia, precisando de condições concretas para se consolidarem e se expandirem.

Há dois pontos a enfatizar, nesta breve discussão. Primeiro, o caráter mesmo dessa transformação indireta, que se promove de fora para dentro (apesar das aparências em contrário). Segundo, as conseqüências da conexão estrutural e dinâmica, que assim se estabelece entre o mercado das nações capitalistas hegemônicas e o desenvolvimento econômico interno.

Na fase de transição neocolonial, o desdobramento para fora das economias metropolitanas imperialistas, que não pretendiam e não podiam (em certos casos ou em dadas condições, como foi a regra nas relações da Europa com a América Latina), estabelecer controles coloniais sobre as economias das "nações emergentes", visava a criar elos dinâmicos entre estas economias e os mercados centrais. A eclosão e posterior expansão de um novo tipo de mercado, especificamente capitalista e implantado em cidades-chaves para as relações de satelitização econômica e cultural, que assim se institucionalizavam, eram suficientes para almentar esse tipo superficial de incorporação. O que se buscava não era impor controles internos indiretos à organização e ao funcionamento das economias capitalistas emergentes. Mas constituir condições de controle externo que pudessem submeter o comércio "internacional" dessas economias a um condicionamento indireto, regulado pelos interesses econômicos e políticos da nação capitalista hegemônica. Na verdade, simplificando-se brutaalmente as coisas, o esquema produção interna para exportação equivale a um regime de feitoria ampliado, organizado e mantido a expensas do parceiro mais fraco. Os desdobramentos políticos desse padrão de relação, sempre que os conflitos de interesses criassem situações de crise, se resolviam ao nível da conciliação privada, dos acordos entre Governos e do trato diplomático. No caso do Brasil, onde a aristocracia agrária tinha pleno controle econômico, social e político dos assuntos públicos e privados, esse esquema acarretava poucos dividendos políticos fatalmente negativos. Ele pressupunha uma fixação estática do eixo da econo-

mia interna, eternizando a produção primária exportadora. Mas esta era uma consequência que a aristocracia agrária não só aceitava, como desejava com certo ardor. Mesmo a Inglaterra teve de enfrentar muitas dificuldades para manter privilégios acumulados sob a administração portuguesa; alcançou pouco êxito nas tentativas de solapar as bases de poder da aristocracia agrária (mediante o combate à escravidão e a interrupção do tráfico); e teve de desdobrar-se para lograr vantagens na competição com outras nações, que disputavam sua posição hegemônica no mercado brasileiro.

Esse tipo de controle indireto tornou-se rapidamente obsoleto. Os próprios dinamismos do mercado capitalista moderno, implantado nas "nações emergentes", poderiam engendrar um padrão autônomo de crescimento econômico, provocando evoluções realmente similares às que haviam transcorrido (ou estavam transcorrendo) na Europa. Doutra lado, a competição em áreas especificamente comerciais entre nações que disputavam a hegemonia no mercado mundial só poderia acelerar e aprofundar tal processo, pondo as economias centrais diante do risco de investir recursos materiais e humanos na criação de mercados nacionais concorrentes na periferia. A resposta a essa contraditória situação tinha de ser procurada na reelaboração da estratégia seguida durante o período de transição neocolonial. O impasse seria facilmente superado se se dessem ao mercado capitalista moderno, implantado na periferia, maiores dimensões estruturais e dinâmicas, de modo que ele pudesse ativar um maior número de funções essenciais ao desenvolvimento capitalista, o que permitiria articulá-lo aos mercados das economias centrais. Isso exigia que, ao lado do esquema inicial de importação e exportação, se organizassem outros esquemas simultâneos de intervenção comercializada nas economias periféricas (na esfera dos serviços públicos e da estrutura das cidades, na rede de comunicações e de transportes, na transplantação de imigrantes, na preparação de planos de colonização e de expansão da agricultura comercial ligada ao comércio interno, na substituição da produção artesanal pela produção manufatureira, na introdução de novos padrões de ensino, de utilização dos recursos humanos e de estilo de vida, na transferência das tecnologias que tornassem tudo isso viável etc.). Em conjunto, as nações centrais estavam diante de novos empreendimentos financeiros, de escala considerável, que estendiam a comercialização de suas influências do âmbito do intercâmbio comercial propriamente dito para o do desenvolvimento

econômico em geral. De imediato, elas tinham de superar as técnicas de *indirect rule* mais simples, para inventar e utilizar técnicas de dominação indireta muito mais complexas, fundadas na articulação da economia capitalista hegemônica às economias capitalistas da periferia. Tem-se salientado demais que o capitalismo industrial forçava a conquista e a preservação de mercados externos. Contudo, não se tem dado a devida atenção à magnitude que tal processo teria de assumir, sob a hipótese de que controles coloniais e neocoloniais se tornassem ineficientes (ou, alternativamente, que o mercado capitalista moderno da periferia crescesse além de certos limites). Nesta situação peculiar, para manter a posição hegemônica, a economia central tinha de possuir potencialidades para desencadear, a distância, um vasto processo de transformação econômica e institucional, que permitisse reformular a satelitização, qualquer que fosse o ímpeto do crescimento capitalista suscitado pela implantação e expansão do mercado moderno na economia periférica. Portanto, aí se configura uma modalidade típica de incorporação, que se distingue das formas de incorporação colonial e neocolonial; e que se funda no volume de similaridades estruturais e funcionais que a economia hegemônica, como um todo, pode transferir para a economia periférica, como um todo. As adaptações daí decorrentes é que passariam a regular o fluxo de processos econômicos, da modernização tecnológica e institucional etc., de um pólo a outro. Elas teriam de "nascer" e de "crescer" dentro das próprias economias periféricas, o que quer dizer que as referidas adaptações exigiam um certo "desenvolvimento capitalista prévio" dessas economias e potencialidades econômicas que assegurassem viabilidade global para tão complexa modalidade de transição econômica e cultural. Dadas essas condições, por outro lado, os interesses econômicos de cada pólo encontravam canais flexíveis de harmonização, de confluência e de fusão. Isso fazia com que a incorporação não aparecesse como tal na consciência dos agentes econômicos (pelo menos no lado do pólo periférico); e, além disso, concorria para conferir à articulação de economias capitalistas designais uma sólida base dinâmica (não só *flexível* e *duradoura*, mas suscetível de "crescer dentro da mudança").

A natureza de todo esse processo era pouco visível. A empresa privada (ao nível do comércio, dos bancos, das manufaturas, dos serviços e da agricultura) centralizava as operações. Ela não operava de fora para dentro, mas a partir de dentro. Portanto, ela permitia diluir as pressões inevitáveis e dissimular os in-

teresses reais que se desdobravam de fora para dentro, com a vantagem de assegurar várias formas de associação de agentes econômicos, de firmas e de capitais internos com as economias centrais. Desse ângulo, a constituição de uma nova infra-estrutura para o mercado capitalista moderno e a criação quase concomitante de uma nova estrutura para todo o sistema econômico surgiam como se fossem transformações puramente internas, que encontravam suporte no exterior, mas *nasciam* de processos iminentes à diferenciação e ao crescimento espontâneos da economia brasileira. Na verdade, tais processos se concretizavam como se resultassem de decisões exclusivas dos agentes econômicos nativos e se fizessem parte de uma firme rede de "aspirações nacionais", que iriam acarretar a passagem gradual da dependência para o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. Não se percebia que uma economia nacional articulada não gera, pela livre expansão de seu setor moderno — mesmo que ele atinja plena integração sob o capitalismo competitivo, tornando-se capaz de uma transição industrial irreversível — um desenvolvimento capitalista bastante forte para absorver e eliminar por si mesmo a dualidade do sistema econômico³. Além disso, ignorava-se que a segunda articulação, a que se configurava ao nível da economia mundial, com os mercados e o sistema de produção das nações hegemônicas, operava simultaneamente em duas direções contrárias, deixando para a economia brasileira como um todo um saldo final de potencialidades dinâmicas próprias muito pobre (ou muito fraco).

De um lado, o desenvolvimento induzido de fora acelerava a revolução econômica no setor novo, porém em termos de requisitos limitados, pois o que entrava em jogo não era o *desenvolvimento capitalista* em si mesmo, mas a adaptação de certas transformações da economia brasileira aos dinamismos em expansão das economias centrais. Ou seja, o desenvolvimento induzido somente selecionava e transferia dinamismos que aceleravam transformações capitalistas mais ou menos necessárias, ao processo de incorporação em curso; eles eram insuficientes ou neutros para transformações capitalistas mais complexas e, de qualquer modo, não poderiam gerar, por si mesmos, um desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado, análogo ao das economias centrais e hegemônicas. Portanto, o desenvolvimento induzido estava calibrado por suas funções. Ele provocava uma re-

³ Note-se que nos Estados Unidos, por exemplo, foi preciso uma guerra civil para pôr termo aos efeitos negativos da articulação.

volução econômica autêntica. Contudo, projetando-a no âmbito de relações de dependência constantes, que não deixavam espaço histórico para a repetição das evoluções do capitalismo na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, ou na Alemanha e no Japão. De outro lado, a articulação dependente às economias centrais era, em si mesma, fonte inexorável de uma forte inibição do desenvolvimento capitalista. Como a aristocracia agrária e o alto comércio, as nações hegemônicas estavam muito empenhadas em manter a economia brasileira como uma economia articulada, não só no plano mundial, mas também e principalmente ao nível nacional. Mesmo quando tentavam solapar as bases do poder senhorial e destruir a escravidão, essas nações não tinham em mira a real absorção do setor arcaico pelo setor moderno. Qualquer modificação profunda, nessa esfera, era nociva aos seus interesses imediatos e futuros, pois ela redundaria em modificações imprevisíveis do volume do excedente econômico que poderia ser drenado, direta ou indiretamente (isto é, com ou sem mediação do setor novo) para fora. Ora, era esse excedente que garantia os dois processos descritos, de formação de uma nova infra-estrutura para o mercado capitalista interno e de constituição de uma nova estrutura do sistema econômico brasileiro, ambos condicionados e regulados como um desdobramento de fronteiras das economias centrais. Para estas, portanto, suprir a articulação inerente à superposição da economia urbano-comercial e da economia agrária seria o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro. Elas perderiam, ao mesmo tempo: os controles econômicos estabelecidos sobre a organização da economia urbano-comercial e do comércio de exportação; e a posição de agente privilegiado no rateio do excedente econômico, que sofria, graças ao padrão induzido de desenvolvimento capitalista, uma expropriação principal ao nível da "repartição internacional".

Não obstante, a transformação induzida de fora para dentro teve consequências de grande monta (consideradas as recentes origens coloniais da economia brasileira e as condições em que se dá a superação do estilo neocolonial). A partir do momento em que a articulação internacional provoca um deslocamento de fronteiras econômicas e culturais, ela põe a organização da economia periférica e seu padrão de desenvolvimento na órbita de uma revolução econômica. Por maiores que sejam as inibições, que resultam da articulação de uma economia periférica a economias centrais, a transformação capitalista atingida representa

o modo pelo qual se pode praticar o capitalismo competitivo na periferia. O Brasil é, por sinal, um dos países nos quais a natureza do salto histórico dado se desenha com extrema nitidez. Na medida em que se implantava uma nova infra-estrutura para o mercado capitalista moderno, não só se diferenciaram e expandiram o comércio, a agricultura e a produção manufatureira, como vulgarmente se diz. Aquele mercado deixa, aos poucos, de ser prisioneiro de algumas cidades-chaves e dos estreitos interesses que nutriam, inicialmente, a associação da aristocracia agrária com o alto comércio. Assim, entre o último quartel do século XIX e a Primeira Grande Guerra, período central para esta descrição, esse mercado se transfigura por completo. Ele passa a centralizar, gradualmente, operações comerciais e financeiras que antes eram inimagináveis, concentrando o capital resultante de tais operações; doutro lado, ele também passa a ligar e a integrar, gradualmente, localidades e regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional de que ela fora, anteriormente, destituída.

Essa transformação estrutural e funcional do mercado capitalista moderno irá ter, por sua vez, profundas repercussões na organização e na evolução do sistema econômico global. Primeiro, no plano puramente econômico, o mercado torna-se capaz de operar como um agente de intensificação da vida econômica e de diferenciação da própria economia. Em particular, ele vai concorrer para a eliminação mais ou menos rápida da produção artesanal e substituí-la por uma impulsionada contínua à produção manufatureira e à industrialização. Portanto, é graças aos dinamos do mercado (configurado em novas bases estruturais e funcionais; e dotado de uma infra-estrutura mais ampla, diferenciada e rica) que surgem, se solidificam e crescem os estímulos para constituição interna de um sistema de produção propriamente capitalista, que se implanta inicialmente no setor urbano-comercial e daí se irradia, aos poucos e descontinuamente, para o setor arcaico. Aqui, guardadas as proporções, os efeitos constitutivos do mercado capitalista moderno são comparáveis ao que ocorreu na evolução das economias centrais. O capitalismo comercial aparece primeiro e atinge, com o tempo, um nível de concentração que o converte em patamar para o aparecimento do capitalismo industrial. Os ritmos dessa transição (apesar de sua aparente rapidez para o País) é que são lentos, descontínuos e demasiadamente débeis. Segundo, na esfera institucional — aos níveis da sociedade, da cultura e do Estado — a metamorfose

estrutural e funcional do mercado condiciona e regula o fluxo da modernização. Especialmente no setor urbano-comercial, onde a intensidade do processo é marcante, contínua e relativamente rápida, o mercado irrompe como uma força revolucionária, que desagrada a ordem escravista preexistente, com a rígida bipolarização que ela institua nas relações de poder, e engendra uma formação societária nova, fundada em relações competitivas. Tem-se dado maior atenção às inovações mais visíveis, que transparecem através da reorganização da ecologia urbana, do aumento da população, do advento do bonde ou do trem, do uso da energia elétrica, da cosmopolitização dos hábitos mundanos e do aparecimento de um novo estilo de vida, com consumo e comunicação em massa. O essencial, porém, está no pano de fundo, freqüentemente negligenciado. Nessa etapa, o mercado capitalista moderno põe os homens uns diante dos outros em termos do valor de seus bens e serviços. Classifica-os fora e acima da ordem estatal e de castas da sociedade escravista, erguendo forças muito ativas contra esta e forçando os homens livres a "passar pelo mercado" para fins de estratificação social. Isso significava o fim da escravidão, pois esta não poderia manter-se a partir do momento em que o mercado era visto e aceito como uma fonte legítima de classificação social. E, também, significava o começo de uma nova era, que iria consolidar-se no trabalho livre. Vendo-se as coisas desta perspectiva, no Brasil a "crise do antigo regime" lança aí suas raízes. Forma-se e difunde-se, aos poucos, uma nova mentalidade econômica, social e política, que serve de pião à irrupção do *Povo* na cena histórica. De modo tímido, modesto e incerto: primeiro, lutando contra os excessos dos senhores e pela Abolição; em seguida, lançando-se às greves e saindo às ruas para exercer pressão política contra os excessos da dominação oligárquica e pelo advento da "democracia burguesa". É nesse quadro amplo, que se estende à crise de 1929 e à Revolução de 1930, que se esbatem os efeitos sociais construtivos, desencadeados pela metamorfose do mercado, sob a consolidação do capitalismo competitivo. E é em função desse quadro, também, que se deve tentar compreender a significação sociológica que o referido mercado adquire na sociedade emergente.

Em suma, um desenvolvimento capitalista articulado não produz uma transformação capitalista de natureza diferente da que se pode observar nas sociedades capitalistas autônomas e hegemônicas. O que varia é a intensidade e os ritmos do processo. Condiionada a partir de fora, através de dinamismos econômi-

cos que constantemente se renovam e se aprofundam, a articulação da economia periférica às economias centrais torna impossível, enquanto se mantém, a eliminação da dominação imperialista externa. Por isso, enquanto se constitui, se consolida e se expande, tal economia competitiva tende a redefinir e a fortalecer os liames de dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. Todavia, o desenvolvimento capitalista logrado traz consigo, como nas sociedades centrais e hegemônicas, as mesmas tendências de organização e de evolução da economia, da sociedade e do Estado. A história do mercado comanda a história econômica, social e política, até que ele, sem passar propriamente para segundo plano, engendra finalmente uma transição mais complexa, na qual as funções dinamizadoras da transformação capitalista passarão a nascer das relações capitalistas de produção propriamente ditas.

Se a descrição apresentada é correta, o período de transição neocolonial oferece ao capitalismo comercial bases econômicas, institucionais e humanas de maturação interna. Dessa evolução resulta um padrão de desenvolvimento capitalista que, apesar de suas limitações intrínsecas, gera as condições estruturais e dinâmicas, simultaneamente a partir de fora e a partir de dentro (isto é, pelas influências das nações capitalistas centrais e do mercado mundial; e através das repercussões a curto e a longo prazo do crescimento econômico interno), para o aparecimento de uma economia capitalista competitiva, nucleada no setor urbano-comercial, mas com tendências a expandir-se na direção do campo (primeiro, graças à irradiação, disseminação e reintegração do mercado moderno; em seguida, pela universalização legal do trabalho livre e a emergência de um sistema de produção capitalista nas cidades-chaves, dotado de dinamismos que transcendem à economia urbana). O padrão de desenvolvimento capitalista dessa economia competitiva elabora-se ao longo de uma evolução semi-secular. Contudo, os dinamismos do mercado, que poderiam promover a diferenciação do sistema econômico, apressam de modo precoce, condicionando e estimulando a formação gradual de formas capitalistas de produção nas cidades. Nesse primeiro momento, ao surgirem essas formas mais ou menos elementares de produção capitalista, vários artigos de consumo cotidiano passaram a ser elaborados ou produzidos internamente. No entanto, o modelo de mercado inerente ao padrão de desenvolvimento capitalista operante não pressionava nem a coordenação

ou fusão de formas tradicionais de produção artesanal nem a intensificação da produção manufatureira. O comércio mantinha-se como o pólo dinâmico do sistema de importação e exportação, organizado no período neocolonial. Na medida em que se estruturava e se difunde, territorial e socialmente, o mercado capitalista típico de uma economia competitiva, suas pressões sobre a diferenciação e a reintegração do sistema econômico crescem em qualidade e em quantidade. Surge, assim, um surto industrial propriamente dito, fortemente apoiado nos dinamismos do mercado, aos quais, em reações em cadeia, ele concorre para fortalecer. Nesse segundo momento (mais ou menos da última década do século XIX à crise de 1929), a industrialização percorre todo um ciclo de expansão. Na situação brasileira (como na de outros países de economia capitalista articulada, como seria o caso da Itália e da maioria das nações que transitaram para o capitalismo competitivo na América Latina), essa etapa não só envolve a substituição mais ou menos rápida da produção artesanal e da industrialização intersticial pela industrialização sistemática. Ela também pressupõe um certo grau de "amadurecimento" na manifestação interna da economia competitiva, pelo menos nos dinamismos do mercado e da produção industrial, que se apoiassem sobre o crescimento urbano. Por fim, o padrão de desenvolvimento capitalista "normal" acabará sendo absorvido como um todo pela sociedade brasileira, operando como tal, simultaneamente, aos níveis estrutural, funcional e histórico. Não obstante, ele era o padrão de desenvolvimento capitalista de uma economia capitalista competitiva duplamente articulada: 1.º internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial (na época considerada transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial); 2.º externamente, através da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais. Por isso, as próprias condições estruturais, funcionais e históricas de vigência do referido padrão de desenvolvimento capitalista introduziam inibições sistemáticas ou ocasionais, que solapavam, reduziam ou anulavam suas potencialidades dinâmicas (tanto ao nível organizatório quanto ao nível evolutivo). Ainda assim, essas potencialidades eram bastante fortes: a) para provocar a emergência e sustentar a expansão gradual de formas de produção capitalista; b) para criar tendências constantes ou crescentes à industrialização e, mesmo, à diferenciação e à reintegração do parque industrial; c) para intensi-

ficar e acelerar as tendências à integração nacional do mercado interno (em suas múltiplas funções); d) para diluir e absorver barreiras que se interpunham entre as formas predominantes na produção agrária e na produção industrial, pressionando no sentido de irradiar, da cidade para o campo, formas capitalistas de relações de trabalho, de mercado e de produção (de imediato, pela transformação da propriedade agrária e da organização do trabalho nas zonas de crescimento econômico acelerado ou de imigração e de agricultura comercial voltada para o mercado interno; a longo prazo, embora de maneira descontínua e oscilante, pela incorporação do trabalho agrícola, de criação ou de mineração às relações do mercado).

Esse resumo permite situar algumas questões que precisam ser debatidas aqui, de uma perspectiva sociológica. A primeira, e mais importante de todas, diz respeito ao destino da dupla articulação econômica. Por curioso ou estranho que pareça, todos os tipos de "empresários" que operavam na agricultura, na criação, na mineração, no comércio, na indústria, com os bancos etc., orientados para dentro ou para fora, sucumbiram às limitações e às inibições do padrão descrito de desenvolvimento econômico e ao capitalismo competitivo dependente. O horizonte econômico de todos eles foi conformado pela mesma ansiedade de "aproveitar" as vantagens diretas e imediatas abertas por uma economia competitiva articulada. Mesmo mais tarde, quando o "desenvolvimento" aparece em cena, não se questiona ardentemente a dupla articulação — entram em debate questões relacionadas com a reforma agrária, o "entreguismo", a remessa de lucros e o intervencionismo econômico do Estado, sem que o essencial, a respeito da dupla articulação, sofresse verdadeiro repúdio. Aceita-se, como "natural", que o setor agrário em modernização continuasse vastamente arcaico, onde e como isso se mostrasse funcional à acumulação originária de capital. Doutrinado, também se aceita como "natural" que a articulação às economias centrais, além de persistir, se aprofundasse, sob a premissa de que aí estaria ou a "melhor" ou a "única" saída para a industrialização e a concomitante aceleração do desenvolvimento econômico interno. No setor empresarial, em particular, não surgiu nenhum grupo que combatesse frontalmente as tendências mais ou menos estáticas de contemporização diante da dupla articulação. Em consequência, os esforços esboçados para corrigir as limitações e as inibições do padrão existente de desenvolvimento capitalista foram inócuos. Meras verbalizações, caíam

com frequência num irremediável vazio histórico. Se possuíam alguma utilidade prática, essa se manifestou na luta pelo poder de barganha dos círculos empresariais; as guinadas "nacionalistas" ou "entreguistas" dos Governos achavam uma via de escoamento ou de estimulação, nas composições dos setores privados entre si e com o poder público. Pela segunda vez na história brasileira — a primeira foi por ocasião das lutas pela Independência — as classes dominantes e suas elites econômicas preferem, por acordo tácito, evitar o nó górdio de nossa evolução econômica dentro do capitalismo.

Outra questão é de ordem teórica. Dado o fato de que a formação e a expansão do sistema de produção capitalista são processos tardios, o mercado interno associou-se, estrutural e dinamicamente, à importação de bens e serviços. Podem-se medir as várias etapas das transições descritas acima pelo número, variedade e quantidade dos produtos que foram substituídos, gradualmente, pela produção interna de artigos similares. Todavia, é má descrição dizer-se que a substituição de importações tenha sido o dinamismo do processo. É provável que no cálculo racional dos empresários, em termos da técnica de programação da produção ou de comercialização, e de elaboração de políticas de conjuntura, pelos Governos ou por grandes empresas, as coisas possam ser representadas, porém, aparece numa rede de efeitos. Para explicá-la como e enquanto processo econômico, é preciso procurar as condições que tornaram ou tornam as subsequentes substituições possíveis, em termos de causação (de transformações capitalistas que afetam o mercado, a produção industrial ou a produção nacional do mercado e de diferenciação do sistema de produção industrial, as substituições de importações se tornam não só uma realidade banal, como um processo de longa duração, com tendência a aumentar continuamente. É, pois, na organização, diferenciação e reintegração do sistema econômico que se deve procurar a explicação tanto para as possibilidades de substituição de importações e do seu aumento constante quanto para as repercussões em cadeia das substituições simultâneas ou sucessivas sobre os dinamismos do mercado ou do sistema de produção industrial. Sob esse aspecto, o capitalismo competitivo alarga o campo econômico das "funções normais" do mercado e do sistema de produção, adaptando-os melhor ao que deveriam ser sob o padrão de desenvolvimento de uma economia compe-

tiva. As deficiências, inconsistências e conseqüências negativas, que têm sido atribuídas aos mecanismos das substituições de importações, tomados em si mesmos, não decorrem desse processo especializado e técnico. Mas, como se sabe, resultam, direta ou indiretamente, das limitações ou inibições que a dupla articulação econômica impõe ao padrão de desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo. Aliás, reflexões análogas poderiam ser feitas com referência às substituições de importações (e, quiçá agora, das substituições de exportações), na atual fase de transição para o capitalismo monopolista. Se insistimos sobre um fato de linguagem tão simples, fazemo-lo porque uma compreensão ambígua da realidade leva a explicações falsas. No caso, o essencial não está na substituição de importações, mas nas características que a dominação imperialista externa e a ausência da universalização das relações capitalistas de mercado e de produção introduzem no padrão brasileiro de desenvolvimento econômico sob o capitalismo dependente.

A última questão diz respeito à natureza do desenvolvimento capitalista sob a economia competitiva que se montou no Brasil. O que se escreveu acima, sobre as funções e o crescimento do mercado capitalista moderno, aplica-se como uma luva ao crescimento da economia brasileira entre as duas grandes guerras. Entre o fim da Primeira Grande Guerra, a crise de 1929 e o "intervencionismo" econômico do Estado Novo, através de vicissitudes que os manuais de história econômica registram, o capitalismo competitivo atingiu o apogeu que poderia lograr nas condições apontadas, de dupla articulação. Vários sintomas marcantes assinalam esse apogeu. O mais saliente refere-se ao segundo surto industrial, de maior peso para a economia do País, pois afeteu a produção de bens de produção. Mas igualmente marcante é o grau de penetração do capitalismo no campo e o novo estilo de associação das oligarquias agrárias com o capital financeiro. Essa associação, que remonta à política de defesa dos produtores do café e envolve, por igual, interesses financeiros nacionais e estrangeiros, pressupõe melhores condições de autoproteção do "produtor" e de comercialização dos produtos (nos mercados interno ou externo). Por fim, a partir de várias influências (pressões políticas das classes médias, especialmente através do "tecnentismo" ou de movimentos ditos "nacionalistas"; da pressão de grupos da direita; ou da pressão de alguns círculos empresariais, da qual é típica a posição assumida por Roberto Simonsen), desencadeia-se uma forma de intervencionismo econômico

estatal, que se caracteriza pela saturação de certas funções de sustentação ou de reforço do desenvolvimento capitalista, mediante empresas públicas (ou semipúblicas). A Petrobrás e Volta Redonda são as duas realizações de maior vulto e significação. No período considerado. Este último sintoma parece ter maior importância interpretativa que os dois outros, já que ele sublinha algo crucial. Ao contrário do que ocorreu antes, quando se cria a infra-estrutura de um mercado capitalista plurifuncional, a infra-estrutura de um complexo sistema de produção industrial não pode ser lograda pelos esforços da iniciativa privada, estrangeira ou nacional. Como em outros países de economia capitalista articulada, no Brasil teve-se de recorrer ao Estado para enfrentar esse e outros problemas econômicos. Os três sintomas, vistos em conjunto, levantam a questão crucial: rompe-se ou não, através dessas tendências novas do desenvolvimento capitalista, com o caráter articulado da economia competitiva? Os empresários — mesmo os que se proclamavam "nacionalistas" e "protecionistas" — reagiram discretamente aos imperativos de romper com a dupla articulação. Onde puderam inovar ou renovar por meio da própria empresa privada, revitalizaram, na prática, os dois tipos de articulação mencionados acima. Onde o Estado se interpôs de primeiro, relutaram em compartilhar responsabilidades e, principalmente, só deram anuência total quando ficou patenteada sua capacidade de destituir o Estado de real autonomia de ação, o que convertia os interesses privados, nacionais e/ou estrangeiros, nos grandes beneficiários diretos e indiretos do "intervencionismo" econômico estatal.

Ligando-se entre si esses traços marcantes da evolução recente do capitalismo competitivo no Brasil, constata-se que nem o mercado, nem o sistema de produção internos, suscitaram um movimento econômico que expusesse a dupla articulação a uma crise irreversível, ou, pelo menos, a uma crise decisiva. O crescimento da população, em escala de explosão demográfica, o ritmo da concentração urbana e, especialmente, as tendências mais ou menos firmes de universalização das relações capitalistas de mercado e de produção reduziram de forma considerável os efeitos inibidores da articulação ao nível interno. Mas a transformação, embora econômica e sociologicamente significativa, não foi tão acentuada a ponto de forçar a destruição dos últimos baluartes vivos do "complexo econômico colonial" e do "antigo regime". O crescimento do mercado interno refletiu-se em suas relações com a economia agropecuária, estabelecendo fluxos con-

sideráveis de comercialização voltados para dentro. Isso não impediu que práticas pré-capitalistas ou subcapitalistas se mantivessem quase incólumes ou se fortalecessem. Nem mesmo uma reforma agrária moderada chegou a ser instituída "para valer". Doutra lado, não surgiu nenhum esforço para corrigir a tradicional depressão dos salários das massas trabalhadoras em geral e dos operários urbanos. Mantinha-se, pois, a compressão do mercado, com os efeitos daí decorrentes — um mercado socialmente comprimido é, pela natureza das coisas, um mercado altamente seletivo, que acompanha a concentração social e racial da renda. O que isso representa, como fonte de inibição direta ou indireta do crescimento de formas capitalistas de produção em uma economia competitiva, é por demais sabido. Se os fatos se manifestam desse modo, isso é sintomático da persistência de uma mentalidade que via o mercado estabelecendo gradações entre "alto" e "baixo" comércio, como se a *realidade de massa* fosse secundária para seus dinâmismos propriamente capitalistas. Em resumo, apesar do desaparecimento dos bloqueios que excluía o setor arcaico da modernização capitalista, a situação global ainda convertia a economia competitiva num verdadeiro conglomerado de formas de mercado e de produção de desenvolvimento desigual. A pressão que essa economia, como um todo, podia fazer para libertar-se das limitações e das inibições que interferiam negativamente sobre suas potencialidades especificamente capitalistas de equilíbrio, de reorganização e de crescimento era ainda muito baixa. Na verdade, continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento *desiguais*, como expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho.

Conclusões similares podem ser extraídas de evoluções condicionadas e reguladas pelos dinâmismos das economias capitalistas centrais e do mercado mundial. Na verdade, já antes da Primeira Grande Guerra ambos começam a transferir para a periferia dinâmismos econômicos que refletem o advento das "corporações" ou das "empresas multinacionais", típicas da Segunda Revolução Industrial, nas esferas do comércio, da produção industrial e dos serviços. Depois da crise de 1929 eles apascentam, de fato, como os dinâmismos mais importantes, que se esbatem sobre as economias periféricas para submetê-las a um novo processo de incorporação às economias centrais e para transformá-las. Pode-se fazer um esforço de abstração, procurando

do-se selecionar, entre os elementos da dominação imperialista externa, aqueles que seriam mais ou menos compatíveis com as dimensões e com o sentido do capitalismo competitivo. Contudo, este entrara em crise nas economias centrais. Ele se mantém quase intacto na periferia exclusivamente em virtude dos ritmos mais débeis e descontínuos de seu desenvolvimento capitalista. De qualquer forma, é preciso assinalar que se operara uma profunda transformação na natureza dos controles econômicos transferidos para o seio das economias periféricas pelas economias centrais e, também, no modo de manipular tais controles. Ainda na era do capitalismo competitivo — e de um capitalismo competitivo dependente — as economias periféricas se tornaram uma presa à avalanche dos novos dinâmismos econômicos, que se sobrepunham (ou se dissimulavam) e se somavam a dinâmismos que traduziam a marca do estado anterior das economias centrais, que continuavam a operar ativamente (a intensidade com que isso acontecia dependia, naturalmente, das condições da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista nas economias centrais, ou seja, da importância relativa que as "grandes corporações" possuíam na reorganização da economia capitalista nas nações hegemônicas).

No momento em que o capitalismo competitivo atinge o apogeu, portanto, ele iria sofrer um forte solapamento não a partir de dentro da economia brasileira, mas a partir de fora. Contudo, até aos meados do presente século, as percepções internas eram unânimes em apontá-lo como um "estado natural" e, mesmo, o "estado ideal" do capitalismo moderno. Apesar das incertezas, os ciclos de euforia econômica fortaleciam as convicções segundo as quais essa modalidade de capitalismo (na maneira pela qual ele fora reproduzido pela sociedade brasileira) permitia conciliar os interesses internos e externos, enfrentar com certo êxito as revoluções econômicas inerentes ao desenvolvimento de uma economia competitiva e renovar continuamente as bases materiais da dominação burguesa. De ponta a ponta, a diluição dos controles econômicos (com seus dividendos culturais e políticos), através de empresas privadas individuais, escondera a realidade da dominação imperialista, que se estabelecera mediante a irrupção e a expansão do capitalismo competitivo. As "grandes esperanças" da burguesia brasileira, por causa do impeto do crescimento do mercado interno e da industrialização, tornaram-na ainda mais avessa a ir ao fundo dos fatos e a questionar os sucessivos desdobramentos da "colaboração estrangeira".

Na medida em que a tendência externa ia na direção de aumentar a eficácia dos controles econômicos, implantados via empresa e interesses privados, as orientações capitalistas internas evoluíram no sentido inverso, de ignorar as transformações e as consequências desses controles, a curto e a longo prazo, pondo-se maior ênfase no significado mediato ou conjuntural da transferência de capitais, de tecnologia, de empresas, de capacidade empresarial, "programas de associação" e investimentos etc. O que quer dizer que, ao chegar ao fim de sua evolução histórica, o capitalismo competitivo continuava a ser *muito pouco brasileiro*, em termos da capacidade interna de limitar ou de neutralizar os controles econômicos que ele internalizava ou de conter o amplo fenômeno de internacionalização da economia brasileira, que ele acarretava.

Esse traço mais geral não impedia (ao contrário, pressupunha) mudanças substantivas no quadro da organização e dos efeitos econômicos da dominação externa. Certas influências primordiais entraram em declínio, outras influências agigantaram-se. A Inglaterra, por exemplo, vê sua posição hegemônica em relação ao Brasil deteriorar-se irremediavelmente. Doutro lado, os Estados Unidos atingem e, em seguida consolidam, uma hegemonia sem paralelos na vida econômica do País. Além disso, as áreas de aplicação dos investimentos e de tecnologia moderna se deslocam, acompanhando seja as transformações ocorridas na economia brasileira, que ofereciam novas oportunidades aos dinamismos das economias centrais, seja os rumos tomados pelo próprio capitalismo mundial. O que importa aqui é que os processos de sucessão ecológica, econômica e técnica tiveram consequências que vão além da alteração da morfologia e do "rendimento relativo" da economia competitiva instalada no Brasil. Países como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, principalmente, traziam modelos de organização das empresas, de arranjos empresariais e de "associação econômica" que não foram constituídos sob o impacto da Primeira Revolução Industrial. Eles não só expunham uma economia competitiva dependente e subdesenvolvida (e portanto muito débil) a pressões muito fortes, que não eram percebidas negativamente ou, então, que não podiam ser controladas a partir de dentro. Como surgiam numa etapa mais avançada de expansão da economia capitalista competitiva no Brasil, tais pressões encontravam amplo espaço econômico para operar livremente e florescer. Em consequência, os mecanismos de autodefesa e de controle indiretos, proporcionais

dos pela associação com interesses, pessoas ou firmas estrangeiras, tornavam-se obsoletos e ineficazes. Um economista poderia dizer que tudo isso não constitui um mal em si mesmo e que não se pode debitar às regras do jogo a má sorte nas apostas. Contudo, por mais "inevitável" (ou mesmo "normal") que tenha sido essa evolução, o fato é que as alterações apontadas expunham a economia competitiva como um todo a um efeito inesperado: a dominação imperialista externa cresce (e não diminui, como se esperava), com a diferenciação e a aceleração do desenvolvimento capitalista; e, ao mesmo tempo, ela se redefine e se fortalece, agora, a partir de dentro, utilizando a base material quase inexpugnável que alcançara na organização do sistema econômico e manipulando as probabilidades de decisão inerentes à sua própria posição institucional. No conjunto, as partes por assim dizer vitais da economia competitiva, em todos os setores econômicos, constituíam verdadeiros nichos das economias centrais, que lograram assim uma tremenda vantagem estratégica mesmo em comparação com as empresas estatais e com as poucas "grandes corporações" brasileiras. Essa vantagem estratégica, na etapa de crise que afeita o capitalismo competitivo em apogeu, seria de grande valor para os interesses externos envolvidos, que podiam praticamente decidir por conta própria como fazer a transição para uma economia capitalista monopolista. Portanto, se as evoluções internas fizeram muito pouco para libertar o padrão de desenvolvimento capitalista dos efeitos da dupla articulação, as evoluções condicionadas e reguladas através dos dinamismos da economia capitalista mundial reciclaram esse padrão de desenvolvimento para continuar a ser o que sempre foi, adaptando-o às novas condições e aos novos interesses das nações centrais. Os analistas da história econômica da América Latina que tentaram explicar o desenlace negativo em que culmina a transformação capitalista, sob situação competitiva, como se os empresários nacionais pudessem ter impedido tal desenlace, mantidas as condições existentes, ou exageram as potencialidades econômicas desses empresários, ou ignoram a natureza do desenvolvimento econômico (e de sua aceleração) sob o capitalismo competitivo dependente.

O movimento global da transformação capitalista, sob as pressões do capitalismo competitivo dependente, precisa, pois, ser analisado sociologicamente com extremo cuidado. Todos os processos básicos do desenvolvimento capitalista nas sociedades centrais se repetem (ou, seria melhor, se reproduzem, já que as con-

dições econômicas, sociais e políticas são diferentes). As consequências desses processos, aos níveis estrutural, funcional e histórico, no entanto, são bem diversas. A existência de uma alta burguesia, solidamente implantada numa economia capitalista competitiva bastante diferenciada e integrada; a formação de uma burguesia suficientemente numerosa para saturar os quadros de comando de tal economia e suficientemente forte para não se ver suprimida, economicamente, ou deslocada, politicamente, pela associação dependente; e o aparecimento de uma pequena-burguesia cada vez mais volumosa e agressiva (em termos de competição por riqueza, prestígio e poder), pelo menos nas metrópoles e nas grandes cidades — eis uma realidade humana que se torna chocante quando se considera a *performance* do desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo dependente. Como foi possível que ele gerasse toda essa estrutura social e toda essa *engrenagem*, sem gerar, concomitantemente, fontes históricas de correção ou neutralização das inibições inerentes ao padrão de desenvolvimento capitalista dependente, ou o espaço econômico que seria necessário para que essas mesmas classes tivessem outra atuação histórica? A resposta já foi dada anteriormente. A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais.

EMERGÊNCIA E EXPANSÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

O quadro histórico do capitalismo monopolista é profundamente diverso daquele que se apresentara, em escala mundial e latino-americana, na época de irradiação do capitalismo competitivo para a periferia. A própria transição para o capitalismo monopolista não foi tão fácil nas economias centrais. De um lado, porque ela foi afetada pelas fortes tensões, aos níveis econômico, tecnológico e financeiro, que resultaram da competição internacional de economias capitalistas avançadas. De outro, porque as nações hegemônicas, que alcançaram desenvolvimento prévio mais intenso sob o capitalismo competitivo, enfrentaram maiores dificuldades na transição. Os estudos de Hobsbawm sobre a economia inglesa demonstram, por exemplo, que uma revolução industrial precoce pode tornar-se uma desvantagem relativa. Além disso, o capitalismo monopolista começa a alcançar sua primeira fase de climax em conexão com a Primeira Grande Guerra. O advento do “socialismo num só país” não podia interferir nos dinamos de sua expansão nas economias capitalistas centrais ou de sua irradiação para a periferia. Mas contribuiu para criar um elemento adicional de tensão (aos níveis econômico, cultural e político), pois o capitalismo mundial, como um todo, passou a defrontar-se, daí por diante, com a existência e os apelos de um padrão de civilização alternativo. Essa tensão manifestou-se na forma de conflito e, apesar dos efeitos suasórios da Nova Política Econômica, instituída por Lênin na Rússia, ela foi amplamente manipulada como fator de compressão e de concentração de poder pelas potências aliadas, concorrendo para “acelerar a história” em favor do capitalismo monopolista. No que concerne à periferia, a transferência do padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista constituía um processo de muito maior complexidade e de muito maior dificuldade que as anteriores eclosões do mercado capitalista especificamente moderno e da economia capitalista competitiva em sociedades recém-egressas de situações coloniais ou neocoloniais. A esse respeito, é preciso atentar para os requisitos desse padrão de desenvolvimento econômico, que exige índices relativamente altos: de concentração demográfica, não só em cidades-chaves mas em um vasto mundo urbano-comercial e urbano-industrial; de renda *per capita*, pelo menos da população incorporada ao mercado de trabalho e, em especial, dos estratos médios e altos das classes dominantes; de